2º Simulado Especial

MP CE

Cargo: Analista Ministerial
Administração - Pós-Edital

Simulado

2º Simulado MP-CE (Analista Ministerial - Administração)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

*1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Ministerial - Administração** do **MP-CE**;*

2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;

3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;

*4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/vnZGBpHv2wQkuD3p8

01 - Ⓒ Ⓔ	16 - Ⓒ Ⓔ	31 - Ⓒ Ⓔ	46 - Ⓒ Ⓔ	61 - Ⓒ Ⓔ	76 - Ⓒ Ⓔ	91 - Ⓒ Ⓔ	106 - Ⓒ Ⓔ
02 - Ⓒ Ⓔ	17 - Ⓒ Ⓔ	32 - Ⓒ Ⓔ	47 - Ⓒ Ⓔ	62 - Ⓒ Ⓔ	77 - Ⓒ Ⓔ	92 - Ⓒ Ⓔ	107 - Ⓒ Ⓔ
03 - Ⓒ Ⓔ	18 - Ⓒ Ⓔ	33 - Ⓒ Ⓔ	48 - Ⓒ Ⓔ	63 - Ⓒ Ⓔ	78 - Ⓒ Ⓔ	93 - Ⓒ Ⓔ	108 - Ⓒ Ⓔ
04 - Ⓒ Ⓔ	19 - Ⓒ Ⓔ	34 - Ⓒ Ⓔ	49 - Ⓒ Ⓔ	64 - Ⓒ Ⓔ	79 - Ⓒ Ⓔ	94 - Ⓒ Ⓔ	109 - Ⓒ Ⓔ
05 - Ⓒ Ⓔ	20 - Ⓒ Ⓔ	35 - Ⓒ Ⓔ	50 - Ⓒ Ⓔ	65 - Ⓒ Ⓔ	80 - Ⓒ Ⓔ	95 - Ⓒ Ⓔ	110 - Ⓒ Ⓔ
06 - Ⓒ Ⓔ	21 - Ⓒ Ⓔ	36 - Ⓒ Ⓔ	51 - Ⓒ Ⓔ	66 - Ⓒ Ⓔ	81 - Ⓒ Ⓔ	96 - Ⓒ Ⓔ	111 - Ⓒ Ⓔ
07 - Ⓒ Ⓔ	22 - Ⓒ Ⓔ	37 - Ⓒ Ⓔ	52 - Ⓒ Ⓔ	67 - Ⓒ Ⓔ	82 - Ⓒ Ⓔ	97 - Ⓒ Ⓔ	112 - Ⓒ Ⓔ
08 - Ⓒ Ⓔ	23 - Ⓒ Ⓔ	38 - Ⓒ Ⓔ	53 - Ⓒ Ⓔ	68 - Ⓒ Ⓔ	83 - Ⓒ Ⓔ	98 - Ⓒ Ⓔ	113 - Ⓒ Ⓔ
09 - Ⓒ Ⓔ	24 - Ⓒ Ⓔ	39 - Ⓒ Ⓔ	54 - Ⓒ Ⓔ	69 - Ⓒ Ⓔ	84 - Ⓒ Ⓔ	99 - Ⓒ Ⓔ	114 - Ⓒ Ⓔ
10 - Ⓒ Ⓔ	25 - Ⓒ Ⓔ	40 - Ⓒ Ⓔ	55 - Ⓒ Ⓔ	70 - Ⓒ Ⓔ	85 - Ⓒ Ⓔ	100 - Ⓒ Ⓔ	115 - Ⓒ Ⓔ
11 - Ⓒ Ⓔ	26 - Ⓒ Ⓔ	41 - Ⓒ Ⓔ	56 - Ⓒ Ⓔ	71 - Ⓒ Ⓔ	86 - Ⓒ Ⓔ	101 - Ⓒ Ⓔ	116 - Ⓒ Ⓔ
12 - Ⓒ Ⓔ	27 - Ⓒ Ⓔ	42 - Ⓒ Ⓔ	57 - Ⓒ Ⓔ	72 - Ⓒ Ⓔ	87 - Ⓒ Ⓔ	102 - Ⓒ Ⓔ	117 - Ⓒ Ⓔ
13 - Ⓒ Ⓔ	28 - Ⓒ Ⓔ	43 - Ⓒ Ⓔ	58 - Ⓒ Ⓔ	73 - Ⓒ Ⓔ	88 - Ⓒ Ⓔ	103 - Ⓒ Ⓔ	118 - Ⓒ Ⓔ
14 - Ⓒ Ⓔ	29 - Ⓒ Ⓔ	44 - Ⓒ Ⓔ	59 - Ⓒ Ⓔ	74 - Ⓒ Ⓔ	89 - Ⓒ Ⓔ	104 - Ⓒ Ⓔ	119 - Ⓒ Ⓔ
15 - Ⓒ Ⓔ	30 - Ⓒ Ⓔ	45 - Ⓒ Ⓔ	60 - Ⓒ Ⓔ	75 - Ⓒ Ⓔ	90 - Ⓒ Ⓔ	105 - Ⓒ Ⓔ	120 - Ⓒ Ⓔ

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

TEXTO - NOSSA LÍNGUA À BRASILEIRA

A ideia de uma língua nacional brasileira nasceu há quase 200 anos, com a Independência do país. Meio século depois, José de Alencar, partidário da causa, anotava no posfácio de "Iracema": "A revolução é inevitável e fatal como a que transformou (...) o romano em francês, italiano etc.; há de ser longa e profunda, como a imensidade dos mares que separa os dous mundos a que pertencemos".

"Dous" virou "dois", os mares devem estar um tantinho mais imensos com o aquecimento global — e a língua brasileira não vingou.

Não por falta de tentativa. A Constituição de 46 previa a indicação de professores, escritores e jornalistas para opinar sobre a denominação disto que falamos aqui. A resposta veio em menos de 30 dias: "A Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa".

Já lá se vão três quartos de século e duas Constituições, e continuamos fingindo nos expressar no mesmo idioma de Lobo Antunes, Hugo Mãe e João Pereira Coutinho.

Tornamo-nos bilíngues numa língua só: o português escrito e o (brasileiro) falado. Este, possível matriz do nosso "idioma nacional", liquidifica a segunda e a terceira pessoas (*tu sabe disso*), ignora o pronome oblíquo átono (*o que vai levar ele à extinção*), despreza o subjuntivo (as crianças *que talvez ainda podem ser salvas*) e relega as regências aos livros de História. Nessa (r)evolução, o pronome relativo "cujo" sumiu da linguagem oral. As formas combinadas dos pronomes átonos (mo, to, lho) saíram de linha com as capitanias hereditárias. Ter-se-iam ouvido mesóclises pela última vez no governo Temer.

Várias correntes atuam contra o legado colonial linguístico — nem sempre com bons argumentos, nunca com as melhores intenções. Uma pugna pela "escrita inclusiva. É o que Nélida Piñon chamou de "projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe". Outra aposta na obscuridade — e dá-lhe cotas epistêmicas com base na interseccionalidade, experiências afrodiaspóricas, configuração dos sistemas opressivos do capitalismo e do cisheteropatriarcado (seja isso lá o que for) — e, ainda por cima, escrito em desconformidade com o Acordo Ortográfico.

O preconceito linguístico apontado em plurais, concordâncias, prosódia e opressões afins é deixado de lado quando entra em cena o lero-lero do politicamente correto. Tem-se aí o melhor dos mundos para a perpetuação da exclusão e das desigualdades: alunos do ensino fundamental privados da sofisticação da linguagem (logo, também do pensamento) e uma suposta elite acadêmica progressista mesmerizada com o próprio dialeto, que oscila entre o hermetismo lacaniano e a *lumenização* pura e simples.

Isto aqui "é brasileiro, já passou de português", diz o samba do Noel. Que seja um idioma mais doce e mais rico, beneficiário das heranças indígenas e africanas — não um português depauperado.

(Por Eduardo Affonso. O GLOBO. Adaptado)

01. É possível depreender do texto e do seu título que o português falado no Brasil se distanciou do português europeu.

02. Entende-se do texto que o uso de uma linguagem "politicamente correta" contribui para a atenuação do preconceito.

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens que se seguem

03. Em "Assim, há menos argumentos, menos conflitos e mais diálogos", a forma verbal 'há' poderia ser substituída, sem prejuízo gramatical, por **podem haver**.

04. No segmento "Os agentes elaboraram todo o plano de ação, que prevê investimento em fundos diversos", o vocábulo "que" tem como referente a expressão "o plano de ação", que funciona como sujeito da oração expressa pela forma verbal "prevê".

05. A expressão “bem como”, em “Os educadores, bem como a família, devem zelar pelo bem-estar no processo de aprendizagem” exprime ideia de adição.

06. Os sentidos originais e a correção do texto seriam mantidos caso a expressão “aquelas ligadas às” em “As interações incluem aquelas ligadas às oportunidades de novos contatos profissionais” fosse substituída por **as**.

07. O trecho “Qualquer cenário que acarretasse instabilidade ao projeto seria descartado” expressa uma condição, evidenciada pela flexão do verbo **acarretar** no modo subjuntivo.

08. No segmento “Aumentou, no último ano, o número de áreas desmatadas”, o trecho “o número de áreas desmatadas” funciona como complemento direto da forma verbal “aumentou”.

09. As palavras "história", “carência” e "discórdia" recebem acento de acordo com a mesma regra de acentuação.

10. No trecho “Eles precisam prestar atenção, ter estratégias de gestão, empatia nas limitações e planejamento efetivo”, as vírgulas foram empregadas para separar expressões de caráter explicativo.

11. Sem prejuízo da correção gramatical do texto, as palavras “é” e “que”, presentes em “É a disposição que todos buscavam ter”, poderiam ser suprimidas.

12. Em “Fala-se muito da caridade, mas pouco se pratica”, as duas ocorrências do pronome “se” têm o papel de indeterminar os agentes responsáveis pelas ações.

13. Seria mantida a correção gramatical do texto se o trecho “nos esquecer” fosse reescrito como **esquecer** em: Não podemos nos esquecer de que a vida tem seus altos e baixos.

14. Mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, o trecho “Toda vida é marcada por temporadas inesquecíveis” poderia ser reescrita da seguinte forma: **Toda a vida é marcada por temporadas inesquecíveis**.

15. Em “A atitude dele estava relacionada às vivências em seu ambiente familiar", o emprego do sinal indicativo de crase é obrigatório.

16. No trecho “O segredo do que se faz é a motivação”, a anteposição da partícula “se” ao verbo justifica-se pela presença do vocábulo “que”.

17. “Se, por um lado, é desejável ampliar o acesso a terapias mais eficazes, por outro, esse é um dos fatores que mais encarecem a assistência.” A oração “que mais encarecem a assistência”, subordinada à oração anterior, é adverbial comparativa.

Considerando as disposições do **Manual de Redação da Presidência da República (MRPR)** acerca da redação oficial, julgue o item a seguir.

18. O fecho deve ser alinhado à margem esquerda ao final da comunicação.

19. A concisão é um atributo das comunicações oficiais que diz respeito ao máximo de informações que deverão estar contidas nos expedientes, com o mínimo de palavras.

20. No padrão ofício, o cabeçalho deve ser utilizado em todas as páginas do documento, centralizado na área determinada pela formatação.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ)

Rodrigo Bet

Responda às questões 21 a 23 considerando as disposições da Constituição do Estado do Ceará:

21. A iniciativa popular no Estado do Ceará permite que a população apresente projetos de lei e propostas de emenda à Constituição à Assembleia Legislativa, desde que sejam subscritos por, no mínimo, 1% do eleitorado cearense, distribuídos em pelo menos cinco municípios, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

22. Durante o período extraordinário da Assembleia Legislativa do Ceará, os parlamentares somente podem deliberar sobre a matéria para a qual foram convocados, sendo-lhes garantida indenização em razão da convocação.

23. O Procurador-Geral de Justiça, chefe do Ministério Público do Estado do Ceará, é nomeado pelo Governador do Estado dentre integrantes da carreira, maiores de 35 anos, indicados em lista tríplice, elaborada por meio de escrutínio secreto pelos membros em atividade da instituição, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI Nº 9.826/1974 E SUAS ALTERAÇÕES (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO), LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2008 E SUAS ALTERAÇÕES (LEI ORGÂNICA E ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ), LEI Nº 8.625/1993 (LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) E LEI Nº 14.043/2007 E ALTERAÇÕES (PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ))

Tiago Zanolla

24. João é servidor público estadual há exatos cinco anos, ocupando um cargo em comissão na administração pública. Ao verificar seu contracheque, percebe que sua progressão horizontal ainda não foi implementada. Diante desse cenário, João deverá protocolar um pedido formal de progressão junto ao órgão de gestão de pessoal, para que sua situação seja analisada.

25. Conforme estabelecido pela Lei Complementar n. 72/2008, se o Chefe do Poder Executivo não efetuar a nomeação do Procurador-Geral de Justiça nos 20 (vinte) dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo, para o exercício do mandato, perante o Pleno do Colégio de Procuradores de Justiça, reunindo-se na primeira sessão ordinária deste.

26. O Ministério Público elabora sua própria proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a encaminha diretamente ao Poder Legislativo, que tem autonomia para modificá-la.

27. De acordo com a Lei nº 14.043/2007, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará, na estrutura de carreiras do Ministério Público do Estado do Ceará, a progressão funcional ocorre dentro da mesma classe, enquanto a progressão por elevação de nível profissional ocorre entre diferentes classes.

28. A remoção por permuta ou por concurso de remoção observará o interstício de três anos de efetivo exercício na comarca ou promotoria

29. Os órgãos de execução do Ministério Público incluem o Procurador-Geral de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.

30. A Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor – JURDECON é considerada um órgão de execução do Ministério Público, ao lado do Procurador-Geral de Justiça e dos Promotores de Justiça.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO (ÉTICA E MORAL)

Tiago Zanolla

31. A moral é um conjunto de princípios universais que regulam o comportamento humano, sendo imutável ao longo do tempo e independente de cultura ou contexto social.

32. A ética na democracia exige que os cidadãos exerçam sua cidadania de maneira passiva.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO (LEI Nº 8.429/1992 E SUAS ALTERAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA)

Rodrigo Bet

Carlos, servidor público, foi designado para presidir a comissão responsável pela contratação de uma empresa para prestação de serviços a um órgão estadual. Após a assinatura do contrato, verificou-se que a empresa vencedora não atendia a um dos requisitos previstos no edital, o que resultou na rescisão do contrato e em prejuízo financeiro para a Administração.

33. Carlos poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, ainda que não tenha agido com dolo, pois a ocorrência de prejuízo ao erário é suficiente para configurar a infração.

34. A ação para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 5 anos, contados a partir da ocorrência do fato que configura o ato ímprobo ou, nos casos de infrações permanentes, do momento em que cessou a permanência da conduta ilícita.

35. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, da autoridade nomeante ou de servidor que exerça cargo de direção, chefia ou assessoramento, para cargo em comissão ou função de confiança na administração pública, configura ato de improbidade administrativa por atentar contra os princípios da administração pública.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

Considerando-se que letras maiúsculas representam proposições simples, julgue os itens a seguir relativos à lógica proposicional.

36. Considere que as três primeiras colunas da tabela-verdade referentes à proposição lógica $((\sim P) \Leftrightarrow Q) \wedge R$ sejam representadas a seguir.

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

Nesse caso, a última coluna da tabela-verdade deve ser preenchida com os valores V ou F, de cima para baixo, na seguinte sequência: F F V F V F F F.

37. A proposição $(P \Leftrightarrow R) \Rightarrow (Q \vee (\sim R))$ é uma tautologia.

38. A negação da proposição "Ou o Ministério Público defende suas prerrogativas constitucionais, ou os interesses da sociedade ficam prejudicados." pode ser descrita por "Ou o Ministério Público não defende suas prerrogativas constitucionais, ou os interesses da sociedade não ficam prejudicados.".

Considere que, em março de 2025, a tonelada da commodity A custe R$ 800,00 e que a tonelada da commodity B custe R$ 2.000,00. Nesse mês, um negociante comprou 8 toneladas dessas commodities, pagando por esse lote a quantia de R$ 10.000,00. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

39. O negociante comprou mais toneladas da commodity A do que da commodity B.

40. O valor pago pela commodity A foi superior a R$ 4.500,00.

41. Suponha que o valor da tonelada da commodity A cresça mensalmente em uma progressão aritmética de razão R$ 15,00. Nesse caso, a tonelada da commodity A custará R$ 4.970,00 em algum mês do ano de 2048.

42. Considere que o valor da tonelada da commodity B decresça anualmente em progressão geométrica de razão 0,8. Nessa situação, o valor da tonelada da commodity B em março de 2028 será superior a R$ 1.000,00.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

A respeito do processo administrativo, do planejamento estratégico e das estruturas organizacionais, julgue os itens subsequentes.

43. O planejamento, como função administrativa, envolve a identificação, a análise, a ordenação e o agrupamento das atividades e recursos, visando a realização das políticas públicas e o alcance dos resultados.

44. O *Balanced Scorecard* – BSC é um sistema de gestão e controle do desempenho que promove interligações entre as diversas áreas e unidades organizacionais.

45. A estrutura organizacional do tipo Comissão não quebra o princípio da unidade de comando e nem da unidade de direção, não obstante as decisões e os julgamentos envolverem uma pluralidade de membros, com vistas ao atendimento da impessoalidade.

No que se refere ao comportamento organizacional, o gerenciamento de conflitos, motivação, liderança e desempenho nas organizações, julgue os itens a seguir.

46. O método moderno denominado Avaliação Participativa por Objetivo – APPO consiste em realizar a avaliação de todos os colaboradores aos seus respectivos chefes e vice-versa, conservando o anonimato do avaliador.

47. O processo indivíduos e organizações envolve relações de reciprocidade, que promovem equilíbrio organizacional na medida em as pessoas oferecem alicientes e as organizações oferecem contribuições.

48. Na administração de conflitos, a abordagem de abrandamento normalmente ocorre quando se tem outros assuntos mais importantes para resolver e o conflito é resolvido de forma superficial.

Acerca do gerenciamento de projetos, conforme PMBOK 7ª edição, julgue os itens a seguir.

49. A ameaça é um evento ou condição que, se ocorrer, tem um impacto negativo em um ou mais objetivos de um projeto e, caso a equipe ou o patrocinador concorde que uma ameaça está fora do escopo do projeto deve-se optar pela estratégia da escalação.

50. Em um ambiente de projeto, a utilização de ciclos de *feedback* curtos pode ser um recurso para promover resiliência e evitar o "*scope creep*" ou distorção do escopo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Stefan Fantini

Com base no processo administrativo e funções de administração, julgue o item a seguir.

51. A atribuição de autoridade e responsabilidades, assim como a alocação de recursos, são tarefas típicas relacionadas à função direção.

52. As funções de planejamento e organização possuem, respectivamente, foco em recursos e ideias.

53. A função controle está relacionada à verificação dos resultados organizacionais e à promoção dos ajustes necessários, ao passo que a função direção está relacionada à utilização da influência e motivação para execução das tarefas essenciais ao atingimento dos objetivos organizacionais.

Com relação ao planejamento e ferramentas estratégicas, julgue os itens a seguir.

54. Texto: O fragmento a seguir foi extraído da cartilha do mapa estratégico do MP-CE:

"Fiscalizar o cumprimento da Constituição Federal e das leis, procurando interagir com a sociedade, com o propósito de contribuir para a sua transformação, na busca do equilíbrio social e da promoção da justiça com responsabilidade."

Assertiva: Esse fragmento representa a visão do MP-CE.

55. A matriz SWOT, ferramenta utilizada em planejamentos estratégicos, busca mapear tanto oportunidades e ameaças, as quais estão relacionadas à dimensão interna da organização, quanto forças e fraquezas, as quais estão relacionadas à dimensão externa da organização.

56. Na matriz GUT, a gravidade tem relação com o desenvolvimento de um dado problema na ausência de ação.

57. "João das Neves", "quinta-feira" e "R$ 100" foram algumas das descrições encontradas em alguns dos campos de um mesmo registro de uma conhecida ferramenta conhecida como 5W2H.

Com base na Liderança, Motivação e Comunicação, julgue os itens a seguir.

58. Lideranças apoiadoras têm por base a preocupação com as necessidades e com o bem-estar de seus subordinados, ao passo que nas lideranças diretivas o líder se preocupa em explicar detalhadamente "o que" e "como" deve ser feito, definindo metas, padrões, e indicando a direção a ser seguida.

59. Conforme a teoria de Maslow, as necessidades de autorrealização estão relacionadas à realização potencial do indivíduo e, por isso, encontram-se no topo da pirâmide.

60. Situação hipotética: João das Neves, gerente de determinado departamento, enviou uma mensagem pelo e-mail empresarial da organização, informando aos seus subordinados acerca da data e o horário de uma reunião em que serão discutidas as novas metas da equipe.

Assertiva: Esse tipo de comunicação pode ser caracterizada como formal e descendente.

Com base no Controle, julgue os itens a seguir.

61. Situação Hipotética: A empresa de reparos JOÃO DAS NEVES COMPANY instituiu um controle com o objetivo de avaliar a eficiência do trabalho de reparo de encanamentos de cozinha prestado por seus funcionários encanadores, incluindo a medição do consumo de recursos utilizados por esses funcionários. A referida empresa definiu que o controle seria realizado durante a execução das atividades de reparo, ou seja, durante o processo de reparos.

Assertiva: O controle instituído pela empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY é classificado como operacional, quanto ao nível organizacional, e simultâneo, quanto ao momento.

Com base nos Processos de análise e tomada de decisão, julgue os itens a seguir.

62. Texto: Em determinado departamento, um estagiário recebeu um lote de material danificado. Na dúvida sobre como proceder, o estagiário decidiu recorrer às normas organizacionais e seguiu as orientações para devolução do material.

Assertiva: A situação hipotética apresenta uma decisão conhecida como decisão programada.

Com base no Clima e Cultura Organizacional, julgue o item a seguir.

63. A cultura organizacional pode ser definida como um conjunto de percepções compartilhadas pelos membros da organização em relação a diversos aspectos da empresa e do ambiente de trabalho.

Com base na Gestão por Processos e Projetos, julgue os itens a seguir.

64. A adoção da gestão por processos é típica de organizações com estrutura verticalizada, com poucos departamentos sob o mesmo nível hierárquico.

65. Projeto é um esforço permanente empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo.

Com base na Gestão de Desempenho, julgue os itens a seguir.

66. Um dos benefícios da avaliação de desempenho 360º é que a avaliação de pares e colegas promove uma melhor qualidade na avaliação, favorecendo a imparcialidade nos resultados de desempenho do indivíduo avaliado.

67. João das Neves realizou a avaliação de desempenho de seus subordinados levando em consideração o registro dos aspectos extremos (tanto negativos, quanto positivos) das características dos indivíduos avaliados. Esse método utilizado por João das Neves é chamado de Incidentes Críticos.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Paulo Portinho

68. Considere-se que, ao final de um exercício social, uma empresa tenha apresentado os seguintes resultados: R$ 250.000 de passivo circulante; R$ 50.000 de passivo não circulante; e R$ 300.000 de patrimônio líquido. Nesse caso, o índice de endividamento geral na empresa é superior a 0,4.

Questões 69 e 70

69. Os dados abaixo foram extraídos do balanço patrimonial do encerramento do exercício de uma empresa:

Balanço encerrado $

- Ativo circulante operacional 8.947
- Ativo circulante não operacional 9.466
- Passivo circulante operacional 12.631
- Passivo circulante não operacional 2.444

Com base nessas informações, é correto afirmar que o Capital Circulante Líquido da Empresa é maior do que o seu Saldo em Tesouraria.

70. Considere as mesmas informações da questão anterior:

É correto afirmar que a Necessidade de Capital de Giro da Empresa é negativa e isso indica uma boa gestão do financiamento de suas necessidades de curto prazo.

71. Uma das medidas mais utilizadas para conhecer a capacidade de uma empresa em cumprir com suas obrigações relacionadas ao seu passivo de longo prazo é o índice de cobertura de juros. Esse índice de cobertura de juros aponta que quanto menor ele for, maior deve ser a alavancagem financeira da empresa e menor deve ser a capacidade de cumprir suas obrigações relacionadas ao passivo de longo prazo.

Questões 72 e 73

72. As decisões financeiras de curto prazo são dependentes do cálculo dos ciclos operacional e de caixa de uma empresa. Observe a planilha abaixo:

Item	2023 (R$ mm)	2024 (R$ mm)
Estoque	65.000	86.000
Contas a Receber	150.000	6.000
Contas a Pagar	24.000	16.000
Vendas	500.000	702.000
CMV	275.000	339.000

Considerando o exposto, o ciclo de caixa é maior do que o ciclo operacional (utilize aproximação de uma casa decimal).

73. Ainda sobre a questão anterior, a empresa leva, em média, 100 dias para receber as suas vendas, após o pagamento dos fornecedores.

74. Na análise das demonstrações contábeis, os seguintes indicadores: composição do endividamento, liquidez seca e margem líquida, estão relacionados, respectivamente, à estrutura de capital, capacidade de pagamento de dívidas longo prazo e rentabilidade.

75. Quando uma empresa resolve aumentar sua alavancagem financeira, isso NÃO significa, necessariamente, que ela terá menos lucros, menos pagamento de dividendos e aumento da necessidade de recursos próprios.

76. Na literatura contábil sobre a análise das demonstrações financeiras, os índices de liquidez indicam a capacidade de uma empresa para liquidar suas obrigações, de imediato, a curto e a longo prazos. Outro entendimento é que os índices de liquidez medem a capacidade de cobertura dada pelos ativos aos passivos.

Na análise das demonstrações financeiras de uma determinada empresa, o analista levantou os seguintes índices de liquidez:

- Corrente 0,8
- Geral 2,0
- Seca 0,0

Com base nos indicadores acima, é possível dizer que a situação de liquidez de longo prazo da empresa é confortável e que ela só tem estoques, como item do ativo circulante.

77. Um profissional de finanças apresentou um orçamento com os seguintes dados:

- Quantidade vendida – 1.000.000
- Receita esperada – 10.000.000
- Custo da Mercadoria Vendida – 5.000.000
- Custo fixo – 3.000.000

Entre a apresentação e o dia da homologação do orçamento, houve uma forte alteração nos custos devido à alta do dólar, o que fez o custo direto aumentar 30%. Para que o orçamento continue com as mesmas previsões de lucro operacional, o profissional precisa aumentar o preço final do produto, porém entendendo que, a cada 10% de aumento no preço, a quantidade vendida cai 5%.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o preço precisará subir acima de 30%.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

78. Com relação as classificações da despesa, julgue o item seguinte:

A classificação institucional permite identificar o órgão a que pertence as dotações recebidas, ou seja, sua finalidade é sempre identificar a estrutura administrativa de um órgão da qual a despesa pertence.

79. Em relação à receita pública, julgue o item que se segue:

Quanto à categoria econômica, as receitas tributárias, patrimonial, industrial e de serviços são receitas exclusivamente correntes inseridas no contexto da lei orçamentária anual.

80. Relativamente à receita pública, julgue o item seguinte:

O estágio da previsão consiste no ato de planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária. É a etapa que antecede à fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento, além de ser base para se estimar as necessidades de financiamento do governo.

81. Com relação as classificações da despesa, julgue o item seguinte:

A classificação institucional da despesa tem como finalidade identificar a área de atuação governamental na qual determinada despesa será realizada, a exemplo, do ministério da saúde.

82. Quanto ao impacto no patrimônio, as despesas podem ser classificadas em efetivas e não efetivas. As despesas correntes, geralmente, são consideradas despesas efetivas, e as despesas de capital, em regra, são despesas não efetivas.

83. Quanto à forma de ingresso, as receitas podem ser classificadas como orçamentárias e extraorçamentárias. As receitas orçamentárias têm como características serem receitas que representam entradas de recursos para financiar os gastos do estado, incorporando permanentemente pelo patrimônio do Poder Público.

84. Em relação à dívida ativa tributária, julgue o item que se segue:

Conforme disposto da Lei 4.320/64, a dívida ativa regularmente inscrita apresenta presunção de certeza e liquidez, uma vez que não cabe contraditório em nenhum momento do procedimento de inscrição e cobrança.

85. Com relação ao suprimento de fundos, julgue o item a seguir:

Entre as situações impeditivas de recebimento de suprimento de fundos prevista na legislação, será declarado em alcance o servidor que não prestar contas no prazo previsto em lei ou quando suas contas não tiverem sido aprovadas por má aplicação do recurso.

86. Com fundamento na Lei n° 4.320/64, abrangem a dívida flutuante as operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cujas receitas constem no orçamento.

87. Com relação ao suprimento de fundos, julgue o item a seguir.

A restituição total de suprimento de fundos por falta de aplicação que for recolhida no mesmo exercício financeiro constitui uma receita orçamentária.

88. A Lei de Responsabilidade Fiscal considera como renúncia fiscal a concessão de isenção em caráter geral.

89. Cabe a Lei de Responsabilidade dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

90. A LRF está se referindo ao princípio do controle quando expõe a necessidade de se prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas pública.

91. Segundo a LRF, uma empresa controlada é sempre uma empresa estatal dependente cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação

92. Segundo à LRF, A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, além disso, deve demonstrar a origem dos recursos para seu custeio ou ser compensados pela redução permanente de despesa.

LEI FEDERAL Nº 12.527/2011 (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO) E LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 (LEI DA TRANSPARÊNCIA)

Herbert Almeida

Mara, jornalista ativamente imbuída no controle social, requisitou informações sobre a utilização de recursos públicos por organização social. Carlos, cidadão interessado em fiscalizar o uso dos recursos públicos, solicitou informações a uma fundação pública estadual sobre a destinação de verbas recebidas para um projeto social. A fundação alegou que, por ser entidade dotada de personalidade jurídica própria e possuir autonomia administrativa, não estaria sujeita às disposições da Lei de Acesso à Informação. Adicionalmente, informou que a manipulação dos documentos colocaria em risco a sua integridade. Diante dessa negativa, Carlos buscou esclarecimentos sobre a legislação aplicável.

Com base na situação acima e em relação às disposições da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011 – LAI), julgue os itens a seguir.

93. As fundações públicas estão expressamente sujeitas às normas da Lei de Acesso à Informação, devendo garantir transparência na gestão dos recursos públicos, conforme prevê a legislação vigente.

94. Entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos por meio de convênios e parcerias não estão submetidas a qualquer exigência de transparência, pois não integram a administração pública.

95. O direito de acesso à informação deve ser garantido pelo Estado mediante procedimentos objetivos e ágeis, devendo ser observado o princípio da publicidade, salvo em casos excepcionais que justifiquem o sigilo.

96. O serviço de busca e fornecimento de informação prestado pelos órgãos públicos é integralmente gratuito, independentemente dos custos de reprodução de documentos.

97. Caso o documento solicitado tenha restrições de manipulação para preservar sua integridade, a administração deve fornecer uma cópia certificada como fiel ao original.

98. Quando o acesso à informação for negado, o requerente tem o direito de obter o inteiro teor da decisão que fundamentou a negativa.

99. O interessado que tiver seu pedido de acesso à informação negado poderá interpor recurso no prazo de cinco dias, contado a partir da ciência da decisão.

100. O recurso contra a negativa de acesso à informação deve ser encaminhado à autoridade que emitiu a decisão, que, se não reconsiderar a decisão, fará o recurso subir, devidamente instruído, para a autoridade superior competente, no prazo de cinco dias.

Durante a análise de documentos estratégicos, um Diretor de Departamento de uma autarquia federal decidiu classificar determinada informação como ultrassecretas, considerando seu impacto sobre a segurança nacional. No entanto, um servidor questionou se essa autoridade possuía competência para tal classificação. Adicionalmente, o responsável deixou de dar transparência para as despesas da entidade, sob alegação de que a transparência seria assegurada após a prestação de contas.

Nos termos da Lei n° 12.527/2011 e da Lei Complementar nº 131/2009, julgue os itens a seguir.

101. A classificação de uma informação como ultrassecreta é competência exclusiva do Presidente e do Vice-Presidente da República, não podendo ser exercida por outras autoridades.

102. Uma forma de assegurar a transparência da gestão fiscal é a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, sendo certo que a realização da prestação de contas não exclui esse dever.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Douglas Schneider

Considerando as mudanças na administração pública e a redefinição do papel do Estado, julgue o seguinte item.

103. No período de 1930 a 1964, a administração pública no Brasil era marcada pela oligarquia e pelas práticas patrimonialistas.

Com relação à Administração Pública do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático, julgue o item a seguir.

104. Ao adotar a cultura burocrática e o critério do mérito, a administração pública brasileira consolida-se como uma burocracia profissional completa, em conformidade com os ideais weberianos.

Em relação aos modelos de gestão pública, aos procedimentos administrativos e ao Plano de Reforma do Aparelho do Estado, avalie a assertiva abaixo.

105. O Plano de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE, 1995) representou um marco no modelo gerencial da administração pública, priorizando a descentralização, a autonomia e a confiança, o que diminuiu a atuação direta do Estado na execução de serviços públicos.

Sobre os princípios de transparência, accountability e representatividade social, analise o item abaixo.

106. Com base constitucional, os Conselhos de Políticas Públicas buscam promover o envolvimento da população na criação, aplicação e fiscalização das políticas governamentais.

Com relação à comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais, julgue o seguinte item.

107. A dependência tecnológica e de comunicação digital inerente à estrutura em rede implica em complexidade administrativa e obstáculos expressivos para se expandir em escala global.

No que diz respeito à transparência na administração pública, controle social e cidadania e accountability, julgue o seguinte item.

108. Dentro da *accountability*, a responsividade refere-se à aptidão do Estado e de seus órgãos para agir conforme as demandas sociais. Não basta seguir regulamentações; é essencial que as políticas públicas estejam sintonizadas com as expectativas e necessidades reais da população.

Sobre a gestão por resultados e administração de pessoal nas organizações, julgue o item subsequente.

109. O preparo técnico e um pagamento competitivo são elementos indispensáveis para atrair e conservar servidores públicos comprometidos com a eficiência e a obtenção de resultados concretos.

Com relação à administração de pessoal no setor público, julgue o seguinte item.

110. A gestão por competências no setor público caracteriza-se por valorizar mais a experiência prática no mercado de trabalho do que a formação acadêmica e as habilidades interpessoais.

A respeito dos processos de compras governamentais e gerenciamento de materiais e estoques, julgue o seguinte item.

111. O dimensionamento das quantidades a serem adquiridas no planejamento de compras precisa considerar a expectativa anual de consumo e as necessidades operacionais previstas. A estimativa deve ser realizada, preferencialmente, com métodos quantitativos precisos, além de admitir a possibilidade de suprimento regular.

Com relação à governabilidade e governança, julgue o seguinte item.

112. A implementação de sistemas de *Business Intelligence* na governança pública, com o objetivo de publicar em um site oficial os resultados da gestão, adere ao princípio da transparência, garantindo visibilidade e acesso democrático às informações.

Em relação à área de gestão de pessoas e mudanças organizacionais, julgue o item a seguir.

113. As transformações tecnológicas e os equipamentos avançados representam ameaças para as mudanças organizacionais, configurando-se como pontos críticos de fragilidade.

A respeito das mudanças institucionais, organizações sociais (OS), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), agências reguladoras, agências executivas e consórcios públicos, julgue o seguinte item.

114. O acordo de cooperação é o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips).

Com relação ao processo de formulação e desenvolvimento de políticas, julgue o seguinte item.

115. Uma agenda de políticas consiste em uma lista de prioridades definidas antecipadamente, às quais os governos devem direcionar sua energia e atenção. Isso ocorre quando uma situação é reconhecida como problemática.

No que diz respeito aos aspectos de controle social, planejamento e avaliação de políticas públicas, e às leis de acesso à informação e transparência, julgue o item a seguir.

116. A eficiência é o critério de avaliação de políticas públicas que corresponde aos resultados sociais obtidos com a redução do problema e com a melhoria do bem-estar da população.

Concernente as políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo, atores sociais e controle social, gestão local, cidadania e equidade social., julgue o seguinte item.

117. A participação social é fundamental nos regimes democráticos e pode se dar por meio de diferentes mecanismos (conselhos, audiências, orçamentos participativos etc.), em diversas etapas do ciclo de políticas públicas desde a formação da agenda até a avaliação e controle.

Com relação à gestão de projetos, elaboração, análise e avaliação de projetos, julgue o seguinte item.

118. A principal característica das atividades da gestão de projetos é o caráter contínuo e rotineiro, como o atendimento ao público.

Julgue o item seguinte de acordo com o disposto na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

119. Nos termos da referida lei, classificam-se como secretas as informações cujo tempo máximo de sigilo é de vinte e cinco anos.

Considerando a lei complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência), julgue o seguinte item.

120. A transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Discursiva

Sabemos que o Poder Judiciário atravessa grave crise devido ao grande volume de processos que lotam todas as Comarcas e os cartórios do País. Com isso, tem-se a falsa ideia de amplo acesso à prestação jurisdicional por toda população nacional. No entanto, como dito, não passa de uma falsa ideia.

Em um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Poder Judiciário no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça [1], constatou-se que "(...) o governo é o maior cliente do Poder Judiciário _ algo em torno de 80% dos processos e recursos que tramitam nos tribunais superiores tratam de interesses do governo (...)". Podemos acrescentar que outra boa parcela dos litígios pendentes é ocasionada por pequena parcela da sociedade, que detém recursos suficientes para arcar com as despesas processuais. Assim, vê-se que a grande maioria da população fica à margem da prestação jurisdicional.

Além do grande número de processos pendentes, a morosidade do sistema judicial também pode ser atribuída às arcaicas leis processuais vigentes. Quando editado, em 1973, o Código de Processo Civil foi reconhecido mundialmente como uma "obra-prima" da técnica processualista. Seus dispositivos de rigor abstracionista levaram o CPC brasileiro ao topo da legislação processual moderna. Contudo, o culto à técnica perfeita fez com que o texto processual muito se distanciasse da realidade cotidiana, que, por sua dinâmica, exige normas mais práticas que belas.

Outro problema que pode ser apontado como gerador de inúmeros processos é a exigência do pronunciamento do Poder Judiciário para questões corriqueiras que dispensariam tal providência, como exemplo, podemos citar a necessidade de ajuizamento de ação de divórcio direto consensual, de arrolamento sumário de herdeiros maiores etc. Uma solução, visando ao desafogamento das Comarcas, seria de que essas questões fossem apenas registradas no cartório de notas.

Diante de tantos problemas, urgente era a Reforma do Judiciário, que se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 e continua com a edição de várias leis que visam à alteração da estrutura infraconstitucional, como as Leis nº 11.187/05 (Nova Lei do Agravo), 11.123/05 (Nova de Lei de Execução), 11.276/06 (Súmula impeditiva de recursos) etc.

A EC 45/04, entre outras novidades para melhor funcionamento da Justiça, trouxe as súmulas vinculantes, determinou a distribuição imediata dos processos, proibiu as férias coletivas nos Tribunais e previu a criação da justiça itinerante.

https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6550/Justica-itinerante.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0